



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 302/2017

#### REQUERIMENTO N.º , DE 2017

*Solicita a realização de seminário na cidade de São Paulo para discutir a essencialidade dos Tribunais de Contas para as atividades de Fiscalização e Controle Externo.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Seminário, a fim de discutir a essencialidade dos Tribunais de Contas para as atividades de fiscalização e controle externo desempenhadas pela Administração Pública, a ser realizada no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, preferencialmente no dia 18 de setembro do corrente ano, em horário oportuno. Para tanto, sugiro que sejam convidados os representantes das seguintes entidades:

- ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;
- AUDICON – Associação Nacional dos Ministros;
- AMPCON - Associação Nacional do Ministério Público de Contas;
- ANTC BRASIL – Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil;
- Instituto Rui Barbosa.



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **JUSTIFICATIVA**

Tramita nessa Casa Legislativa a PEC 302/2017, do Deputado Moses Rodrigues, que pretende alterar o texto Constitucional a fim de estabelecer que os Tribunais de Contas sejam órgãos essenciais e permanentes à atividade de controle externo da Administração Pública.

A alteração Constitucional proposta pretende fortalecer o regime jurídico dos Tribunais de Contas e tem o condão de evitar “arbítrios no dia a dia dessas instituições, assegurando a continuidade de seus trabalhos”, como justifica o nobre Deputado Moses Rodrigues, autor da proposta.

A referida Proposta de Emenda à Constituição encontra-se nesta Comissão Especial destinada a analisar seu mérito e proferir parecer. Em razão dos efeitos gerados pela PEC 302/2017 afetarem diretamente os Tribunais de Contas e seus membros, julgo ser necessário o envolvimento e a participação dos representantes das Entidades ora convidadas.

Vê-se, ainda, essencial a ampliação do debate e a sua realização em outras localidades que não apenas nesta Casa. Assim, cumpre ressaltar, que é de extrema importância que se realize essa discussão sobre o tema nos espaços dos próprios tribunais, como o aqui sugerido.

Pelo exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares a fim de aprovar este Requerimento de realização de Audiência Pública no Município de São Paulo.

Sala da Comissão, em de agosto 2017

Deputado GOULART

PSD/SP